

Relatório Anual 2015



PREVIP

SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

INTERNATIONAL  PAPER



Índice



Mensagem da Diretoria

Página 3



Investimentos

Página 4



Política de Investimentos 2016

Página 9



Demonstrações Contábeis

Página 12



Notas Explicativas

Página 16



Pareceres

Página 36

Expediente

Relatório Anual 2015

Publicação Anual da Previp - Sociedade de Previdência Complementar, destinada a todos os participantes do Plano Previp.

Rod. SP 340 Km 171
Caixa Postal 10
CEP: 13.840-970
Mogi Guaçu - SP / Brasil

Projeto Gráfico e Diagramação:

Nezz Design & Publicidade

Coordenação:

Silvana Brunheroto
Claudinei Oliveira
Rita Lucas



Mensagem da Diretoria

Caro Participante,

Por meio do Relatório Anual da PrevIP 2015, apresentamos os resultados alcançados no último ano.

Fazer gestão financeira é um desafio, requer disciplina, planejamento e visão abrangente sobre o tema. É necessário conciliar interesses e compromissos do presente, com uma estratégia de longo prazo, visando garantir um futuro tranquilo.

O principal objetivo da PrevIP é apoiar os participantes nesse planejamento, proporcionando alternativas de investimentos e visibilidade de longo prazo.

O cenário econômico em 2015 confirmou as expectativas de volatilidade e de grande variação na rentabilidade dos investimentos. Para enfrentar esse desafio, a PrevIP adequou a sua política de investimentos, atuando diretamente com os gestores dos recursos, a fim de assegurar estratégias sólidas e seguras para o retorno dos investimentos.

A missão dos dirigentes da PrevIP é proteger e valorizar os recursos financeiros, seguindo as melhores práticas do mercado de previdência e observância à legislação.

Acompanhe os seus investimentos e planeje o seu futuro.

Boa leitura!

Diretoria Executiva



Cenário Econômico

As previsões de volatilidade no ano de 2015 se confirmaram, ficando evidente com a deterioração dos principais indicadores econômicos do Brasil. O cenário econômico durante o ano foi de inflação crescente, redução do nível de emprego e diminuição da atividade econômica, resultando na queda de 3,8% do PIB. Outro fator determinante que contribuiu foi a crise política entre governo e oposição, situação que ainda permanece.

Nesse contexto a crise econômica está em interação com a crise política, que abala a confiança nos rumos do país. O risco de impeachment da presidente da República, desdobramentos da operação Lava Jato somados à perda do grau de investimento junto às agências classificadoras de risco, afastaram investidores, gerando questionamentos sobre a capacidade de reação da economia brasileira.

A economia americana apresentou uma consistente retomada de seu crescimento, associada a outros indicadores positivos, principalmente o nível de emprego, levando o banco central norte-americano (FED) a iniciar um ciclo de elevação da taxa de juros para sinalizar aos investidores a sustentabilidade do crescimento da economia americana, além de estimular o fluxo de capitais ao país.

Na Europa, sinais positivos foram registrados, a região da Zona do Euro apresentou crescimento, isso porque o Banco central Europeu (BCE) adotou medidas de estímulo à economia da região, entretanto, problemas na região do Oriente Médio geram novos desafios pela frente.

A China manteve sua trajetória de crescimento, porém em ritmo menos acelerado, provocando volatilidade no mercado acionário ao longo do ano, resultado da estratégia de diminuir a dependência do seu crescimento da indústria e exportação, se voltando para o setor de serviços e consumo interno.

O ano de 2016 tende a ser bastante desafiador, pois aguardamos uma boa condução no cenário político e possíveis indicações de medidas para o crescimento da economia que possam trazer expectativas melhores para a economia interna. A PrevIP reforça seu compromisso em buscar os melhores resultados e alternativas para os investimentos dos seus participantes, possibilitando aos mesmos planejamento para o futuro.

* No quadro abaixo, algumas projeções de crescimento no cenário internacional:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
 EUA	1,6%	2,2%	1,5%	2,4%	2,4%	2,0%	2,3%	2,2%
 Brasil	3,9%	0,9%	3,0%	0,1%	-3,8%	-4,0%	1,2%	2,0%
 Alemanha	3,7%	0,6%	0,4%	1,6%	1,5%	1,5%	1,6%	1,4%
 China	9,5%	7,7%	7,7%	7,3%	6,9%	6,4%	6,0%	5,8%
 Mundo	4,2%	3,5%	3,3%	3,4%	3,1%	3,2%	3,3%	3,3%

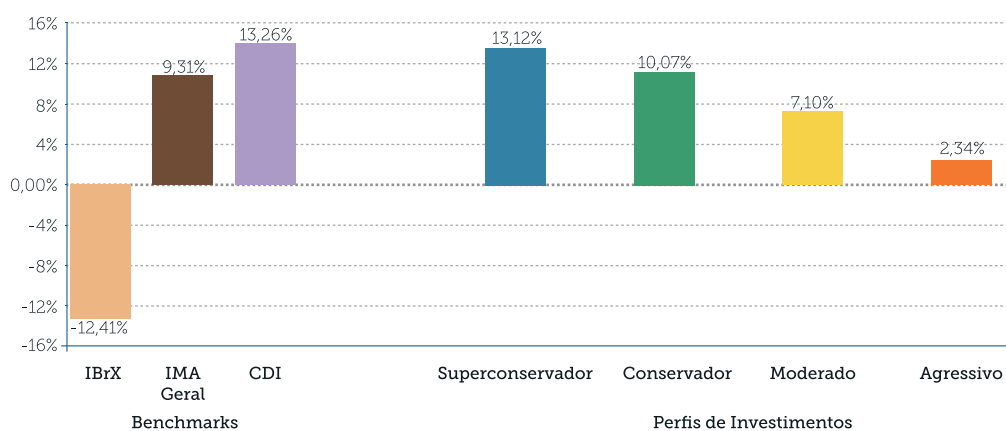
* Projeções da Consultoria Tendências - fundada em 1996, é uma das maiores consultorias econômicas do Brasil. Constitui referência em assuntos econômicos, financeiros e políticos, reunindo renomados consultores experientes nos mais variados campos do conhecimento econômico e político.



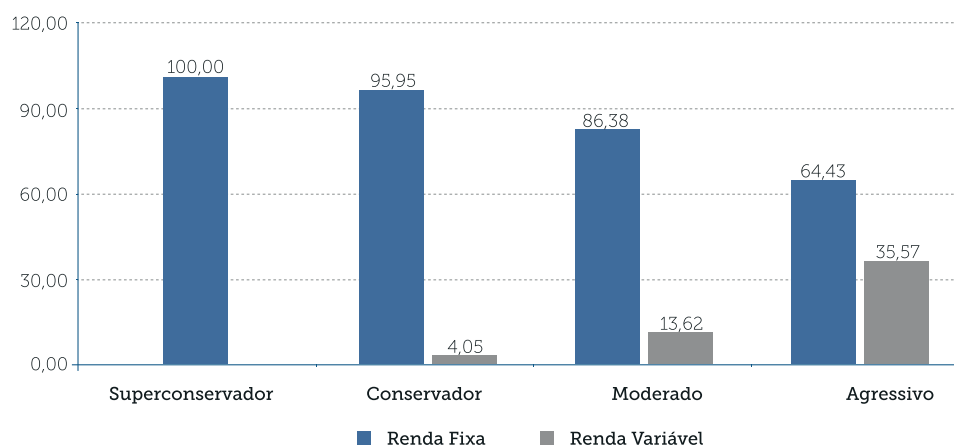
Rentabilidades

Em 2015 a taxa de Juros (SELIC) registrou novas altas, resultado da estratégia do Banco Central em combater o aumento da inflação, refletindo volatilidade dos títulos públicos federais, beneficiando os investimentos pós fixados de renda fixa, refletidos na performance do CDI x IMA.

Na renda variável não foi diferente, tivemos um cenário econômico desfavorável, no qual o segmento apresentou uma performance negativa pelo terceiro ano consecutivo. Em investimentos no exterior, a excelente performance foi resultado exclusivo da alta do dólar. Abaixo você pode analisar o impacto nas rentabilidades dos perfis de investimentos da Previp no ano de 2015, comparado a alguns índices de mercado:



Alocação por Segmento de Aplicação



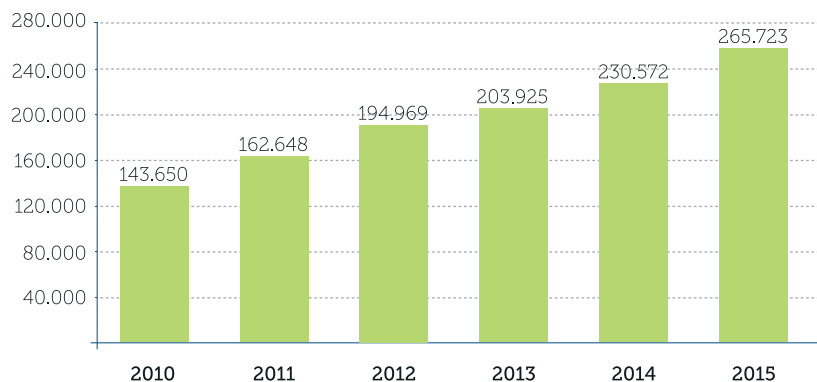
Política de Investimentos

Perfis	Renda Fixa	Renda Variável
Superconservador	100,00%	-
Conservador	92,00 a 99,00%	1,00 a 8,00%
Moderado	77,00 a 93,00%	7,00 a 23,00%
Agressivo	50,00 a 70,00%	30,00 a 50,00%



Patrimônio Total do Plano

(Em R\$ mil)



Alocação dos Ativos

Carteira Ativa

Segmentos	Dezembro/2015		Dezembro/2014	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	162.273.316,78	91,35%	132.433.364,51	87,91%
Renda Variável	5.302.200,89	2,98%	8.136.080,24	5,40%
Empréstimos	10.067.826,93	5,67%	10.073.937,29	6,69%
Total	177.643.344,60	100,00%	150.643.382,04	100,00%

Carteira Imunizada

Segmento	Dezembro/2015		Dezembro/2014	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Renda Fixa	88.079.812,18	100,00%	79.929.058,37	100,00%
Total Geral	265.723.156,78		230.572.440,41	

Alocação Por Gestor

Carteira Ativa

Gestor	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	95.767.096,94	53,91%
Western	71.808.420,73	40,42%
Gestão Própria	10.067.826,93	5,67%
Total	177.643.344,60	100,00%

Carteira Imunizada

Gestor	Valor (R\$)	(%)
Bradesco	88.079.812,18	100,00%



Participação em Ativos

Fundos de Investimento

Renda Fixa	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FI Multimercado Plus	01.606.552/0001-00	28.970.578,41
BRADESCO FI Renda Fixa IMA Geral	11.016.883/0001-44	29.602.635,97
BRADESCO FI Renda Fixa Target	02.998.239/0001-28	46.342.209,92
WESTERN Asset Inflation II RF FI	05.092.294/0001-42	39.741,86
WESTERN Asset Multimercado Institucional FI	07.672.399/0001-04	655.257,60
WESTERN Asset Prev Credit FI RF Credito	09.087.708/0001-04	26.386.656,31
WESTERN Asset Prev Fix FI Renda Fixa	07.894.727/0001-09	6.512.152,06
WESTERN Asset Prev Fix Target RF FI	07.892.298/0001-30	8.015.590,53
WESTERN Asset Prev Inflação Implícita FI RF	09.087.314/0001-48	31.408,40
WESTERN Asset Prev Inflation Limited RF FI	07.895.082/0001-29	388.814,93
WESTERN Asset Prev Inflation Plus RF FI	07.895.087/0001-51	580.838,70
WESTERN Asset Prev Inflation Total RF FI	07.895.034/0001-30	4.208.602,40
WESTERN Asset Prev Invest RF Credito Privado FI	07.897.902/0001-11	1.037.100,77
WESTERN Asset Prev Str Cred Firt Cred Priv	12.029.811/0001-02	2.068.971,92
WESTERN Asset Sovereign IV Selic REF FI	15.477.891/0001-49	19.411.014,44
WESTERN FI Renda Fixa Curto Prazo	22.773.440/0001-14	244.922,31
Total		174.496.503,53
Renda Variável	CNPJ do Fundo	Valor Aplicado (R\$)
BRADESCO FIC Ações Institucional IBRX Alpha	14.099.976/0001-78	2.382.083,88
BRADESCO Institucional FIA BDR Nivel I	21.321.454/0001-34	692.775,51
WESTERN Asset Prev Ibrx Ativo Acoes FI	05.092.264/0001-36	1.560.785,16
WESTERN Asset FI Ações BDR Nivel I	19.831.126/0001-36	666.556,34
Total		5.302.200,89
Total Fundos de Investimentos		179.798.704,42
Total Titulos Públicos		75.856.625,43
Total Geral		255.655.329,85



Auditoria de Gestão

Nome	CNPJ	Responsável
KPMG Auditores Independentes	57.755.217/0001-29	Zenko Nakassato

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Nome	Telefone	E-mail
Leandro da Silva Leme	(19) 3861.8809	leandro.leme@ipaper.com

Custo com a Administração do Plano

Investimento	Previdencial	Auditoria	Despesas Gerais	Tributos	Total
627.522,91	723.721,82	52.500,00	40.725,89	98.929,13	1.543.399,75



Faixa de Alocação entre os Segmentos de Aplicação

Segmento de Aplicação	Superconservador		Conservador		Moderado		Agressivo	
	Lim. Min. (%)	Lim. Máx. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Máx. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Máx. (%)	Lim. Min. (%)	Lim. Máx. (%)
Renda Fixa (A)	100	100	77	99	77	93	50	70
Inv. Estruturados (B)	-	-	0	1	0	2,5	0	5
(A) + (B)	100	100	77	99	77	93	50	70
Renda Variável (C)	-	-	1	5	6	16	21	35
Inv. no Exterior (D)	-	-	0	3	1	7	9	15
(C) + (D)	-	-	1	8	7	23	30	50
Empréstimos	-	-	0	15	-	-	-	-

Considerações

Os recursos de cada participante serão alocados em apenas um dos perfis de investimentos disponibilizados.

A alocação no segmento de Investimentos Estruturados, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de Renda Fixa, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Fixa e Investimentos Estruturados não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Fixa.

A alocação no segmento de Investimentos no Exterior, para os perfis onde é permitida, deverá ser considerada em conjunto com os limites informados para o segmento de renda variável, sendo que a alocação combinada dos segmentos Renda Variável e Investimentos no Exterior não poderá exceder o limite máximo especificado para Renda Variável.

Objetivos e Diretrizes da Gestão:

Carteira Segregada

A carteira de investimento dos profissionais inativos que possuem benefícios concedidos e a conceder na forma de renda vitalícia, estão alocados em uma carteira dedicada à gestão do casamento do fluxo de caixa do pagamento dos benefícios projetados.

Para a definição da estratégia de gestão, foi realizado um estudo de imunização da carteira, no qual foi definida uma carteira de renda fixa indexada que se comporte de forma semelhante aos passivos relacionados aos benefícios de renda vitalícia.

Os títulos componentes dessa carteira poderão ser classificados como mantidos até o vencimento e, dessa forma, marcados na curva do papel.

Para o longo prazo foi estabelecida como meta a taxa mínima atuarial (INPC + 5,5% a.a.). A PrevIP acompanhará o desempenho dos investimentos do plano e poderá realizar estudos de otimização de carteiras visando à obtenção das metas de longo prazo.



Carteira Ativa

As metas de gestão estabelecidas foram a taxa mínima atuarial para o longo prazo e os benchmarks de cada segmento no curto prazo. O risco da carteira de **Renda Fixa** será medido pelo benchmark VaR, considerando o período de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%. O nível máximo aceitável é de 1%, sendo que os benchmarks definidos foram: o Perfil Superconservador **CDI**, para o Perfil Conservador **50% IMA-G + 50% IMA-S**, para o Perfil Moderado **70% IMA-G + 30% IMA-S** enquanto para o Perfil Agressivo o **IMA-G** (IMA Geral - índice composto por carteiras teóricas de títulos públicos e federais, separadas de acordo com seus indexadores e prazos, de maneira a atender às necessidades de diversos tipos de investidores). Este índice é composto por títulos de longo prazo, por isso é indicado para alocação dos investimentos destinados aos fundos de pensão.

Para **Investimentos Estruturados**, o benchmark definido foi o **CDI**. A volatilidade do segmento, entendida como desvio-padrão, calculada com base na rentabilidade dos últimos 252 dias úteis, não poderá exceder 3,0% ao dia.

Para **Renda Variável** que compõe os Perfis Conservador, Moderado e Agressivo o limite de risco definido foi um benchmark VaR de 5% em relação ao benchmark, em um período de 21 dias úteis com um nível de confiança de 95%, sendo o benchmark **IBrX**.

Para **Investimentos no Exterior** que compõem os Perfis Conservador, Moderado e Agressivo, aceita-se um Tracking Error de 2,0% ao dia em relação ao benchmark, calculado com base nas rentabilidades diárias dos últimos 252 dias úteis, sendo o benchmark **MSCI WORLD INDEX em Reais**. (índice de referencia que contempla 23 países de mercados desenvolvidos). Ele é mantido pela MSCI Inc., anteriormente Morgan Stanley Capital International, e é usado como um ponto de referência comum para fundos globais.

Para os **Empréstimos** que compõe o Perfil Conservador, o benchmark é o **CDI**.





Critérios de Contratação dos Administradores dos Investimentos

A gestão dos recursos é totalmente terceirizada. A decisão de terceirizar toda a gestão foi tomada em função do alto grau de especialização das instituições financeiras do mercado, resultando em maior possibilidade de obtenção de retornos adequados dos investimentos.

A escolha das instituições financeiras para a administração dos recursos do plano é feita com base em parâmetros quantitativos e qualitativos. Na escolha dos gestores das carteiras são considerados os seguintes fatores:

- Experiência em administração de recursos de fundos de pensão no Brasil;
- Qualificação e experiência dos profissionais responsáveis pelos serviços;
- Estrutura organizacional e processos de gestão;
- Recursos de pesquisa ("research");
- Sistemas de comitês e processos de decisão;
- Regras estabelecidas e seguidas pelo gestor, no sentido de que a legislação, os contratos, as normas e procedimentos definidos pelas autoridades (Banco Central e CVM) e por outros participantes (Bolsas e Centrais de Liquidação) sejam rigorosamente cumpridas ("compliance");
- Resultados históricos em termos de Retornos/Riscos ("track record");
- Qualidade dos serviços de relatórios ao cliente, incluindo a presteza no envio de informações periódicas;
- Qualidade dos serviços de custódia de títulos e valores mobiliários;
- Custos envolvidos nos serviços, incluindo taxas de administração, corretagem e outros;
- Classificação da unidade administradora de recursos ("rating");
- Credenciamento, perante a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central do Brasil, como administrador de recursos de investidores institucionais.

A política entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, podendo ser revista a qualquer momento pela PrevIP dentro das regras estabelecidas pelo Estatuto da Sociedade e comunicada por escrito às Instituições Financeiras administradoras dos recursos da entidade e aos participantes do Plano.



Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial (R\$ mil)

Apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em determinada data.

Ativo	2015	2014	Passivo	2015	2014
Disponível	49	776	Exigível Operacional	183	157
Realizável	265.745	230.608	Gestão Previdencial	7	9
Gestão Previdencial	8	7	Gestão Administrativa	176	133
Gestão Administrativa	13	29	Investimentos	-	15
Investimentos	265.724	230.572	Patrimonio Social	265.611	231.227
Títulos Públicos	75.857	69.093	Patrimônio de Cobertura do Plano	265.084	230.828
Fundos de Investimentos	179.799	151.405	Provisões Matemáticas	250.988	218.640
Empréstimos	10.068	10.074	Benefícios Concedidos	85.074	73.214
			Benefícios a Conceder	165.915	145.426
			Equilíbrio Técnico	14.096	12.188
			Resultados Realizados	14.096	12.188
			Superávit Técnico Acumulado	14.096	12.188
			Fundos	527	399
			Fundos Previdenciais	282	229
			Fundos Administrativos	245	170
Total do Ativo	265.794	231.384	Total do Passivo	265.794	231.384

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (R\$ mil)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Social da Entidade, em um certo intervalo de tempo.

Descri�o	2015	2014	Varia�o(%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	231.227	203.820	13,45%
1. Adi�es	46.713	38.246	22,14%
(+) Contribui�es Previdenciais	15.031	13.501	11,33%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.064	23.306	29,00%
(+) Receitas Administrativas	1.599	1.424	12,29%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	19	15	26,67%
2. Destina�es	(12.329)	(10.839)	13,75%
(-) Benefícios	(10.786)	(9.478)	13,80%
(-) Despesas Administrativas	(1.543)	(1.361)	13,37%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	34.384	27.407	25,46%
(+/-) Provisões Matemáticas	32.348	25.910	24,85%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.908	1.534	24,38%
(+/-) Fundos Previdenciais	53	(115)	(146,09%)
(+/-) Fundos Administrativos	75	78	(3,85%)
4. Opera�es Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A + 3 + 4)	265.611	231.227	14,87%



Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (R\$ mil)

Apresenta as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido da Entidade, em um certo intervalo de tempo

Descrição	2015	2014	Variação(%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	231.057	203.728	13,41%
1. Adições	46.159	37.795	22,13%
(+) Contribuições	16.095	14.489	11,08%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.064	23.306	29,00%
2. Destinações	(11.850)	(10.466)	13,22%
(-) Benefícios	(10.786)	(9.478)	13,80%
(-) Custeio Administrativo	(1.064)	(988)	7,69%
3.Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	34.309	27.329	25,54%
(+/-) Provisões Matemáticas	32.348	25.910	24,85%
(+/-) Fundos Previdenciais	53	(115)	(146,09%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.908	1.534	24,38%
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A + 3 + 4)	265.366	231.057	14,85%
C) Fundos não Previdenciais	245	170	44,12%
(+/-) Fundos Administrativos	245	170	44,12%

Demonstração do Ativo Líquido (R\$ mil)

Apresenta a parcela do Ativo destinada à cobertura dos benefícios do Plano

Descrição	2015	2014	Variação(%)
1. Ativos	265.678	231.247	14,89%
Disponível	49	773	(93,66%)
Receb��vel	293	178	64,61%
Investimento	265.336	230.296	15,22%
Títulos Públicos	75.857	69.093	9,79%
Fundos de Investimento	179.411	151.129	18,71%
Empréstimos	10.068	10.074	(0,06%)
2. Obrigações	67	20	235,00%
Operacional	67	20	235,00%
3.Fundos não Previdenciais	245	170	44,12%
Fundos Administrativos	245	170	44,12%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5.Ativo Líquido (1-2-3-4)	265.366	231.057	14,85%
Provisões Matemáticas	250.988	218.640	14,80%
Superávit/Déficit Técnico	14.096	12.188	15,65%
Fundos Previdenciais	282	229	23,14%

Informações Complementares

Descrição	2015	2014	Variação(%)
Apuração do Equ��l��brio Técnico Ajustado	16.889	12.188	38,57%
a) Equ��l��brio Técnico	14.096	12.188	15,65%
b) Ajuste de Precificação	2.793	-	100,00%
c) (+/-) Equ��l��brio Técnico Ajustado = (a + b)	16.889	12.188	38,57%



Demonstrações Contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (R\$ mil)
Representam a totalidade dos compromissos do plano de benefício previdencial

Descrição	2015	2014	Variação(%)
Provisões Técnicas	265.433	231.077	14,87%
1. Provisões Matemáticas	250.988	218.640	14,80%
1.1. Benefícios Concedidos	85.074	73.214	16,20%
Contribuição Definida	21.486	15.742	36,49%
Benefício Definido	63.588	57.472	10,64%
1.2. Benefício a Conceder	165.914	145.426	14,09%
Contribuição Definida	155.523	135.157	15,07%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	68.952	59.806	15,29%
Saldo de contas - parcela participantes	86.571	75.351	14,89%
Benefício Definido	10.391	10.269	1,19%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	14.096	12.188	15,65%
2.1. Resultados Realizados	14.096	12.188	15,65%
Superávit Técnico Acumulado	14.096	12.188	15,65%
Reserva de Contingência	14.096	12.188	15,65%
2.2. Resultados a Realizar	-	-	-
3. Fundos	282	229	23,14%
3.1. Fundos Previdenciais	282	229	23,14%
4. Exigível Operacional	67	20	235,00%
4.1. Gestão Previdencial	47	9	422,22%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	20	11	81,82%
5. Exigível Contingencial	-	-	-



Demonstrações Contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (R\$ mil) Registra as atividades referentes à Gestão Administrativa da Entidade

Descrição	2015	2014	Variação(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	170	92	84,78%
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.618	1.439	12,44%
1.1. Receitas	1.618	1.439	12,44%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.063	988	7,59%
Custeio Administrativo dos Investimentos	533	436	22,25%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	19	15	26,67%
Outras Receitas	3	-	100,00%
2. Despesas Administrativas	1.543	1.361	13,37%
2.1. Administração Previdencial	885	840	5,36%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	44	(100,00%)
Serviços de Terceiros	776	685	13,28%
Despesas Gerais	33	55	(40,00%)
Depreciações e Amortizações	-	9	(100,00%)
Tributos	76	-	100,00%
Outras Despesas	-	47	(100,00%)
2.2. Administração dos Investimentos	654	521	25,53%
Serviços de Terceiros	627	495	26,67%
Despesas Gerais	4	5	(20,00%)
Tributos	23	-	100,00%
Outras Despesas	-	21	(100,00%)
2.3. Administração Assistencial	-	-	-
2.4. Outras Despesas	4	-	100,00%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	75	78	(3,85%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	75	78	(3,85%)
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	245	170	44,12%



1- Contexto Operacional

A PrevIP – Sociedade de Previdência Complementar (“PrevIP”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos do artigo 5º, Item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 1.859 do Ministério da Previdência Social – MPS por prazo indeterminado em 24 de fevereiro de 1995.

O objetivo da Entidade é instituir e administrar planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social aos empregados das patrocinadoras ou a seus beneficiários, na forma da legislação vigente e nos termos do Regulamento do Plano PrevIP, sendo patrocinada pelas seguintes empresas:

- International Paper do Brasil Ltda.
- International Paper - Comércio de Papel e Participações Arapoti Ltda.
- International Paper Agroflorestal Ltda.
- International Paper Exportadora Ltda.
- International Paper Embalagens Industriais Ltda.

A população da entidade apresentava as seguintes faixas de idades segregadas por Sexo/Idade em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	Quantidade					
	Participantes		Assistidos Aposentados		Assistidos Beneficiários de Pensão	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Até 24 anos	50	132	-	-	-	-
De 25 a 34 anos	215	762	-	-	-	-
De 35 a 54 anos	215	1.351	-	-	1	-
De 55 a 64 anos	5	128	6	98	4	-
De 65 a 74 anos	1	10	1	49	2	-
De 75 a 84 anos	-	1	-	3	1	-
Mais de 85 anos	-	-	-	-	-	-
Total	486	2.384	7	150	8	-



As demonstrações contábeis da PrevIP foram concluídas em 24 de março de 2016 e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução DC/PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas às gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

Conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, as entidades fechadas de previdência complementar apresentam os seguintes demonstrativos contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL;
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL;
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2014.



3- Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela entidade estão resumidas a seguir:

A) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência.

As contribuições dos autopatrocinados e participantes vinculados (Benefício Proporcional Diferido - BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

B) Provisões Matemáticas

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários contratados pela PrevIP e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários.

C) Estimativas Atuariais e Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação (inclusive aqueles aplicados por fundos de investimentos), provisões para contingências e as provisões matemáticas, dentre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Uma diferença entre o desfecho da estimativa contábil e o valor originalmente reconhecido ou divulgado nas demonstrações contábeis não representa necessariamente uma distorção nas demonstrações contábeis. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

D) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com o plano de benefícios previdenciais.



O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

As receitas administrativas da PrevIP são debitadas em conformidade com o plano de custeio vigente.

A entidade também poderá constituir fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PrevIP e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

E) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais, conforme a Instrução MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias;
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

F) Realizável

Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativo às contribuições das patrocinadoras, dos participantes e os depósitos judiciais/recursais da gestão previdencial, quando houver.



Gestão Administrativa

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa e os depósitos judiciais/recursais da gestão administrativa, quando houver.

Fluxo dos Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas dos investimentos são os seguintes:

- Títulos Públicos

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 alterada pela Resolução do CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício (DMPS e DMAL).
- Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável, reconhecidos na DMPS e DMAL.

- Fundos de Investimentos

As aplicações em fundos de investimentos estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações financeiras, divulgadas pelo administrador.

- Empréstimos a Participantes

Os empréstimos estão demonstrados pelos valores originais das concessões por meio de instrumento particular e atualizados com base na taxa de remuneração contratada.



G) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

4- Disponível

Registra as disponibilidades existentes em bancos, reconhecidas por seus valores em moeda nacional.

	2015	2014
Banco Bradesco S.A.	3	1
Banco Santander S.A.	42	770
Western Asset Management Company DTVM Ltda.	4	5
	49	776

5- Realizável - Gestão Previdencial

Registra os valores a receber das patrocinadoras, dos participantes e autopatrocinados relativos às contribuições mensais.

A) Contribuições do mês

Refere-se a valores de contribuições previdenciais normais e extraordinárias mensais devidas pelos autopatrocinados.

	2015	2014
Autopatrocinados	8	3



6 - Realizável - Gestão Administrativa

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa.

A) Contribuições para custeio

Refere-se a valores a receber relativos às contribuições para o custeio administrativo devidas pelos autopatrocinados, previstas na avaliação atuarial.

	2015	2014
Autopatrocinados	1	1
BPD	1	-
	2	1

B) Outros recursos a receber

Refere-se a valores a receber não relacionados à contribuição administrativa.

	2015	2014
Prestadores de Serviços	-	5
	-	5

C) Outros realizáveis

Refere-se à utilização de recursos da Gestão Administrativa relativos à contribuição associativa da ABRAPP apropriado pelo regime de competência e Crédito da Receita Federal do Brasil.

	2015	2014
Créditos da Receita Federal	9	10
Abrapp	2	2
	11	12



7- Realizável - Investimentos

Composição da Carteira

	2015	2014
Investimentos	265.724	230.572
Títulos Públicos Federais	75.857	69.093
Notas do Tesouro Nacional	75.857	69.093
Fundos de Investimento	179.799	151.405
Referenciado	19.411	11.361
Renda Fixa	125.460	125.895
Ações	3.943	8.136
Multimercados	29.626	6.013
Exterior	1.359	-
Empréstimos e Financiamentos⁽¹⁾	10.068	10.074
Empréstimos	10.068	10.074

(1) A PrevIP possui empréstimos, mas não possui valores vencidos passíveis de constituição de provisão.

Os títulos públicos estão registrados e custodiados em conta própria no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Os serviços de administração e gestão da carteira própria e custódia das cotas dos fundos de investimentos são prestados por BRAM – Bradesco Asset Management e Western Asset Management Company DTVM Ltda.



Notas Explicativas

Composição por Prazo de Vencimento – Títulos para Negociação

Descrição	Vencimento	2015		2014	
		Valor de Mercado	Custo Atualizado Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado Contábil
Fundos de Investimentos		179.799	179.799	151.405	151.405
Referenciado		19.411	19.411	11.361	11.361
Western Asset Sovereign IV Selic Referenciado Fundo de Investimento	Sem Vencto	19.411	19.411	11.361	11.361
Renda Fixa		125.460	125.460	125.895	125.895
Santander FI em Cotas de Fundos de Investimentos Inteligente Curto Prazo	Sem Vencto	-	-	1.100	1.100
Bradesco Fundo de Investimento RF IMA Geral	Sem Vencto	29.603	29.603	52.038	52.038
BRAM Fundo de Investimento RF TARGET	Sem Vencto	46.341	46.341	33.133	33.133
Western Asset Prev Inflação Implícita Fundo de Investimento RF	Sem Vencto	31	31	28	28
Western Asset Prev Fix Target RF Fundo de Investimento	Sem Vencto	8.016	8.016	5.840	5.840
Western Asset Prev Credit RF Fundo de investimento CP	Sem Vencto	26.387	26.387	11.261	11.261
Western Asset Prev Invest RF CP Fundo de Investimento	Sem Vencto	245	245	1.171	1.171
Western Asset Prev Fix Fundo de Investimento RF	Sem Vencto	6.512	6.512	10.921	10.921
Western Asset Prev Inflation Total RF Fundo de Investimento	Sem Vencto	4.209	4.209	8.605	8.605
Western Asset Prev Structured Credit Fundo de Investimento RF CP	Sem Vencto	2.069	2.069	1.798	1.798
Western Asset Prev Inflat Limited RF Fundo de Investimento	Sem Vencto	389	389	-	-
Western Asset Prev Inflat Plus RF Fundo de Investimento	Sem Vencto	581	581	-	-
Western Asset Prev Investimento CP Priv FI	Sem Vencto	1.037	1.037	-	-
Western Asset Prev Inflat II RF Fundo de Investimento	Sem Vencto	40	40	-	-



Notas Explicativas

Descrição	Vencimento	2015		2014	
		Valor de Mercado	Custo Atualizado Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado Contábil
Ações		5.302	5.302	8.136	8.136
Bradesco Fundo de Investimento em Ações BDR Nivel I	Sem Vencido	693	693	442	442
Bradesco Fundo de Investimento em Ações Institucional IBRX	Sem Vencido	2.382	2.382	-	-
Bradesco – F.I.A. Institucional IBX Ativo	Sem Vencido	-	-	5.362	5.362
Western Asset Prev IBRX Ativo Ações Fundo de Investimento	Sem Vencido	1.561	1.561	2.332	2.332
Western Fundo de Investimento em Ações BDR Nivel I	Sem Vencido	666	666	-	-
Multimercado		29.626	29.626	6.013	6.013
Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Plus	Sem Vencido	28.971	28.971	5.456	5.456
Western Asset Multimercado Institucional Fundo de Investimento	Sem Vencido	655	655	557	557

Os títulos de renda fixa são avaliados a mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor. A principal fonte de precificação é a ANBIMA.

Composição por Prazo de Vencimento – Títulos Mantidos até o Vencimento

Descrição	Vencimento	2015		2014	
		Valor de Mercado	Custo Atualizado Contábil	Valor de Mercado	Custo Atualizado Contábil
Títulos Públicos Federais		66.814	75.857	67.383	69.093
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2015	-	-	498	495
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2016	482	483	437	437
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2017	784	789	716	715
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2018	569	581	523	525
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2019	1.130	1.165	1.051	1.053
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2020	2.109	2.192	1.986	1.980
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2022	727	769	699	695
Notas do Tesouro Nacional	15/05/2023	1.423	1.516	1.379	1.369
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2024	8.110	8.676	7.671	7.836
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2030	23.122	26.145	23.152	23.650
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2040	20.632	24.268	21.243	21.951
Notas do Tesouro Nacional	15/08/2050	7.726	9.273	8.028	8.387



Notas Explicativas

Gerenciamento de Risco

O controle de riscos é um processo contínuo e não algo pontual e estático que possa ser resumido em controles unicamente quantitativos.

O Capítulo III da Resolução CMN nº 3.792 estabelece a necessidade de identificação e de controle dos riscos incorridos pelas EFPC.

No caso dos investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados periodicamente pela EFPC, sendo segregados em risco de mercado, de crédito, de liquidez, de gestão, legal, operacional, atuarial e sistêmico.

8- Exigível Operacional

Os compromissos do Exigível Operacional são assim demonstrados:

<i>Gestão Previdencial</i>	2015	2014
	7	9
Benefícios a Pagar	4	4
Resgates	4	4
Retenções a Recolher	-	1
Imposto de Renda	-	1
Outras Exigibilidades⁽¹⁾	3	4
Contribuição Recebida a Maior	3	4

(1) Outras Exigibilidades - Refere-se a contribuições recebidas a maior de autopatrocinado.

<i>Gestão Administrativa</i>	2015	2014	<i>Investimentos</i>	2015	2014
	176	133			
Prestadores de Serviços	162	126	Outras Exigibilidades	-	15
Gestores de Investimentos	36	30	Concessões a Pagar	-	15
Consultorias e Auditorias	126	96			
Impostos, Taxas e Contribuições	5	-			
Gestores de Investimentos	5	-			
Retenções a Recolher	2	1			
Imposto de Renda	1	1			
PIS/COFINS e CSLL	1	-			
Tributos a Recolher	7	6			
PIS e COFINS	7	6			



9- Transações Entre Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os Participantes, as Patrocinadoras e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade e não prevê remuneração a estes membros. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Entidade não manteve transações com partes relacionadas, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras e pagamentos de benefícios).

10- Contingências Ativas e Passivas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não existem contingências ativas e passivas demonstradas no balanço da PrevIP.





11- Alocação das Despesas Administrativas

As despesas administrativas são alocadas de forma exclusiva e diretamente na gestão que originaram, sem nenhuma forma de rateio.

12- Provisões Matemáticas

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2015 pode ser resumida como segue:

	1º de Janeiro de 2015	Constituição/ Reversão	31 Dezembro de 2015
Provisões Matemáticas	218.640	32.348	250.988
Benefícios Concedidos	73.214	11.860	85.074
Contribuição Definida	15.742	5.744	21.486
Saldo de Contas dos Assistidos	15.742	5.744	21.486
Benef. Definido Estruturado em Regime de Capitalização	57.472	6.116	63.588
Valor Atual dos Benef. Futuros Progr. - Assistidos	54.528	5.758	60.286
Valor Atual dos Benef. Futuros Não Progr. - Assistidos	2.944	358	3.302
Benefícios a Conceder	145.426	20.488	165.914
Contribuição Definida	135.157	20.366	155.523
Saldo de Contas - Parcela Patroc./Instituidores	59.805	9.147	68.952
Saldo de Contas - Parcela Participantes	75.352	11.219	86.571
Benefício Definido Estruturado em Reg. de Capital. Progr.	10.269	122	10.391
Valor Atual dos Benef. Futuros Programados	10.269	122	10.391



13- Equilíbrio Técnico

O resultado previdencial apurado nos exercícios de 2015 e 2014 está apresentado a seguir:

	2015	2014
Equilíbrio Técnico	14.096	12.188
Resultados Realizados	14.096	12.188
Superávit Técnico Acumulado	14.096	12.188
Reserva de Contigência	14.096	12.188

Ajustes de Precificação

Para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015, passa a ser obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto na Resolução CNPC nº 26/2008, nas situações de equacionamento de déficit e distribuição de superávit.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,5% a.a) e o valor contábil desses títulos.

Considerando que o plano apresenta resultado superavitário, é obrigatório o ajuste de precificação. O valor do ajuste de precificação utilizado para o Plano PrevIP em 31/12/2015 é positivo de valor igual a R\$ 2.792.567,71.



14- Fundos

Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial é calculado atuarialmente e sua composição em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está apresentada a seguir:

	2015	2014
Fundos Previdenciais	282	229
Reversão de Saldo por Exigência Regular	282	229

O Fundo Previdencial é composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Esse Fundo tem por finalidade maximizar a segurança dos benefícios previstos no plano, podendo ser utilizado, pelas patrocinadoras para financiar as contribuições devidas no exercício de 2016, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é correspondente a diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos. O montante deste Fundo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 245 (2014 – R\$ 170).



15- Hipóteses e Métodos Atuariais

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social são as seguintes:

	2015	2014
Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5.5% a.a.	5.5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽²⁾	não aplicável	não aplicável
Projeção de crescimento real de salário de benefício do INSS	não aplicável	não aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0%	0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	não aplicável	não aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽⁴⁾	não aplicável	não aplicável
Tábua de mortalidade geral ⁽³⁾	AT – 2000 Basic	AT – 2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	não aplicável	não aplicável
Entrada de Aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício

(1) Para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplica na apuração das provisões matemáticas do Plano, sendo utilizada apenas no acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano.

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

(4) As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não se aplicam na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.

Informamos que, não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

O método atuarial adotado para a avaliação é o de Capitalização Individual.



16- Rentabilidade no Exercício

A Entidade possui seus investimentos em 4 (quatro) perfis denominados *Superconservador*, *Conservador*, *Moderado* e *Agressivo* permitindo a opção conforme o nível de tolerância a risco de cada um dos seus participantes.

Em 31 de dezembro de 2015, a rentabilidade de cada perfil apresenta o seguinte resultado:

Perfil	Valor da Quota	Rentabilidade Exercício 2015	Rentabilidade Exercício 2014
Superconservador	22,22910634	13,12%	10.89%
Conservador	20,53418282	10,07%	11,06%
Moderado	19,44995828	7,10%	9,13%
Agressivo	17,84307750	2,34%	4.20%

17- Recolhimento de Tributos

Imposto de Renda

A Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

I - por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou

II - por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº. 11.053/04 revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.



PIS e COFINS

Calculados pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente sobre as receitas administrativas conforme a Instrução Normativa nº 247, de 21 de novembro de 2002 e alterações posteriores (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

18- Outros Assuntos

Instrução Previc nº 13, de 12 de novembro de 2014

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos, e dá outras providências.

Instrução Previc nº 14, de 12 de novembro de 2014

Trata dos procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para fins do pedido de autorização de retirada de patrocínio regulada pela Resolução CNPC nº 11, de 13 de maio de 2013, no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.



Instrução Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014

Altera a Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009 (esta que, por sua vez, estabelece as normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, além de outras providências). Obrigatória a partir de janeiro de 2015 qual entidade não optar pela antecipação da adoção.

CNPC nº 15 e CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014.

Em 19 de novembro de 2014 foram emitidas as Resoluções MPS/CNPC nº 15 e 16, que vigoram obrigatoriamente a partir do exercício de 2015 e tratam dos seguintes assuntos:

CNPC 15 – Altera a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.

CNPC 16 - Altera a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e altera a Resolução nº 8, de 31 de outubro de 2011, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015

Dispõe sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, bem como do ajuste de precificação, de que trata a Resolução nº 26, de 29 de setembro de 2008, ambas do Conselho de Gestão Previdência Complementar, e dá outras providências.



Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015

Altera as Resoluções nº 26, de 29 de setembro de 2008, e nº 18, de 28 de março de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, fixando novas regras para destinação de superávit e equacionamento de déficit.

Instrução nº 23, de 26 de junho de 2015

Estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário.

Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015

Altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, a qual estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdências complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências.

Luis Fernando da Silva
Diretor Superintendente
CPF: 096.895.958-06

Renata Aparecida Moreira Silva
Contadora
CPF: 142.925.068-25
CRC: 1SP198910/O-1



Parecer Atuarial

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano PrevIP, administrado pela PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31/12/2015.

Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.





Hipóteses Atuariais e Econômicas

Taxa real anual de juros (1)	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (2)	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Fator de capacidade para os salários (2)	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade (4)	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral (3)	AT-2000 Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez (4)	Não Aplicável
Entrada em aposentadoria	100% na primeira data de elegibilidade ao benefício
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

Observações:

(1) O indexador utilizado é a rentabilidade das cotas do patrimônio. Entretanto, para os participantes assistidos que permaneceram recebendo um benefício de renda vitalícia o indexador é o INPC do IBGE.

(2) As hipóteses de crescimento salarial e de fator de determinação do valor real do salário ao longo do tempo não se aplicam na apuração das Provisões Matemáticas do Plano. Entretanto, para fins de acompanhamento do nível de benefício esperado do Plano, são utilizados 1,50% a.a. e 0,98, respectivamente.

(3) Foi utilizada a tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo.

(4) As hipóteses de rotatividade e entrada em invalidez não são aplicáveis na apuração dos compromissos do Plano em função de o compromisso relativo aos benefícios a conceder dos participantes ativos e autopatrocinados estar estruturado na modalidade de contribuição definida.



Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na taxa real anual de juros e mortalidade, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são de renda mensal vitalícia.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos, que tomaram como base a população existente no Plano administrado pela PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado na PrevIP - Sociedade de Previdência Complementar.

A taxa interna real anual de retorno dos fluxos de caixa (recebimentos dos investimentos e pagamento de benefícios), considerando as premissas de retorno de renda fixa e a composição da carteira atual, foi estimada em 5,60%. Com base nos resultados supracitados, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo aprovaram a manutenção da taxa real anual de juros de 5,5%, considerando o limite legal aplicável conforme previsto na Resolução CNPC no 09, de 29/11/2012.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o de Capitalização Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano PrevIP. Com relação à avaliação dos benefícios concedidos na forma de renda mensal vitalícia foi utilizado o método Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas e nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano PrevIP.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2015 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela PrevIP, posicionados em 31/12/2015.

Descrição	R\$
Patrimônio Social	265.611.408,87
Patrimônio de Cobertura do Plano	265.084.310,40
Provisões Matemáticas	250.987.998,22
Benefícios Concedidos	85.073.653,10
Contribuição Definida	21.485.916,10
Saldo de Conta dos Assistidos	21.485.916,10
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	63.587.737,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	60.286.167,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	3.301.570,00
Benefícios a Conceder	165.914.345,12
Contribuição Definida	155.522.730,12
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	68.952.025,78
Saldo de Contas - Parcela Participantes	86.570.704,34
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	10.391.615,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	10.391.615,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00



Descrição	R\$
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
(-) Serviço Passado	0,00
(-) Patrocinador(es)	0,00
(-) Participantes	0,00
(-) Déficit Equacionado	0,00
(-) Patrocinador(es)	0,00
(-) Participantes	0,00
(-) Assistidos	0,00
(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
(+/-) Patrocinador(es)	0,00
(+/-) Participantes	0,00
(+/-) Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	14.096.312,18
Resultados Realizados	14.096.312,18
Superávit Técnico Acumulado	14.096.312,18
Reserva de Contingência	14.096.312,18
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	527.098,47
Fundos Previdenciais	282.238,97
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	282.238,97
Revisão de Plano	0,00
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
Fundos Administrativos	244.859,50
Fundos dos Investimentos	0,00



- a)** No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- b)** A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).
- c)** As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta (valor atual dos benefícios futuros programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano PrevIP avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela PrevIP.

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano PrevIP mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pela PrevIP que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Variação nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na Provisão Matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, quando comparada com a Provisão Matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).



Natureza do Resultado

Os principais fatores que levaram à manutenção do Superávit em 31/12/2015 foram de natureza estrutural.

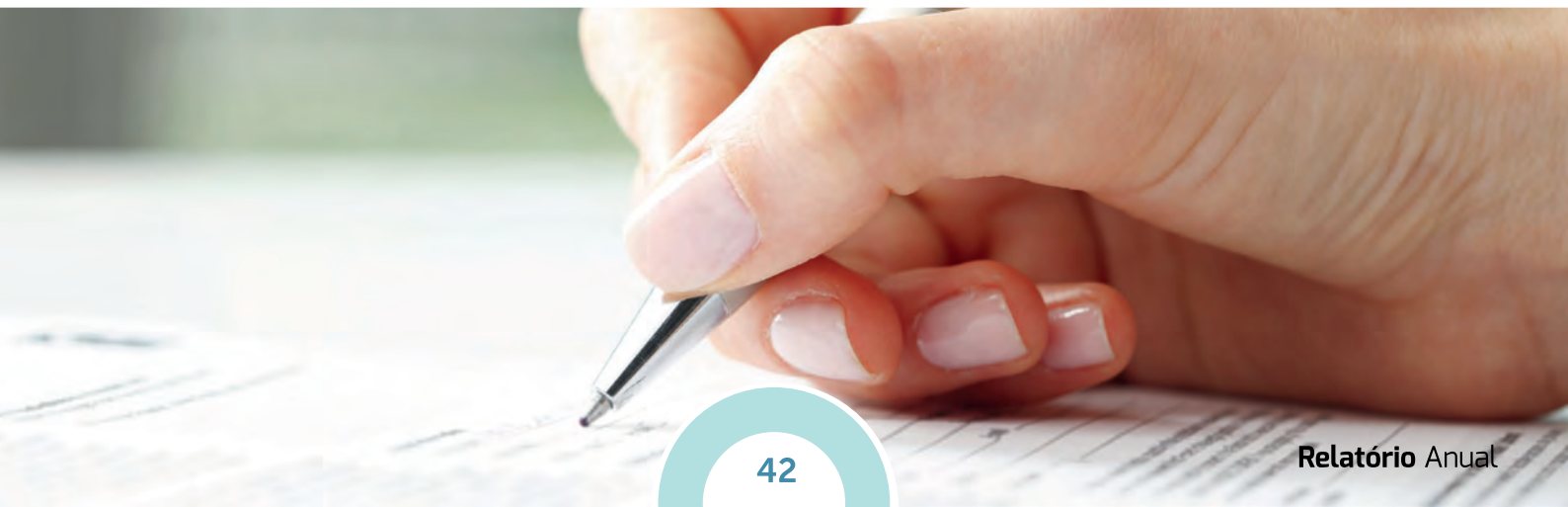
A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 11,2 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2014.

Variação do Resultado

A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar ligeiramente superior ao resultado obtido em 2014, em função da rentabilidade ter sido favorável no exercício de 2015.

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

Esclarecemos que, de acordo com o artigo 6.6 do Regulamento do Plano PrevIP, o Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições das Patrocinadoras, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado das Patrocinadoras antes de se tornarem elegíveis aos benefícios. Este fundo poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2016, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.





Plano de Custeio e Contribuições para o Exercício de 2016

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano PrevIP com base nos seguintes níveis:

Patrocinadoras

As Patrocinadoras deverão efetuar contribuições de acordo com o item 7.2.1 (Normal) do Regulamento do Plano.

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 4,19% da folha mensal de salários de participação, sendo que a contribuição para cobertura das despesas administrativas do plano, equivale a 0,65% da folha de salários de participação.

As Patrocinadoras poderão utilizar o Fundo Administrativo para cobertura parcial da despesa administrativa.

O Fundo Previdencial - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (constituído com as contribuições da Patrocinadora, às quais os participantes não tiveram direito por terem se desligado antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano) poderá ser utilizado pelas Patrocinadoras para financiar contribuições devidas no exercício de 2016, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Participantes Ativos

Os Participantes Ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 7.1.1 (Básica), 7.1.2 (Voluntária Periódica e 7.1.3 (Voluntária Esporádica) do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 2,90% do salário de participação, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.



Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 10% do valor total de contribuições mensais realizadas em seu nome e em nome da Patrocinadora, incluindo as contribuições voluntárias, com um valor mínimo mensal equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

O Participante que tenha se desligado do Plano com menos de 50 pontos (idade + serviço) e tenha optado pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), assumirá o custeio das despesas administrativas decorrentes de sua manutenção. O valor da taxa administrativa do Participante Vinculado será equivalente a 8,85% da Unidade Previdenciária (UP).

Ressaltamos que durante o ano de 2016 os valores de contribuição em Reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de Salários de Participação.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 01/03/2016.

Conclusão

Certificamos que o Plano PrevIP está superavitário em 31/12/2015. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente.

Considerando que a Reserva Especial para Revisão do Plano apresenta valor nulo, não há previsão legal quanto à destinação deste superávit, nos termos da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução nº10/2012.

Valéria Cerqueira Pimentel

M.I.B.A. nº 812

Rodrigo Salgado Cardoso

M.I.B.A. nº 1.317



Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos, Diretores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da PrevIP – Sociedade de Previdência Complementar | Mogi Guaçu – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da PrevIP – Sociedade de Previdência Complementar (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada ou executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PrevIP – Sociedade de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

São Paulo, 24 de Março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0



Parecer do Conselho Fiscal

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 28 de Março do ano de 2016, às 15:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Fiscal na entidade, os membros do Conselho Fiscal da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias deliberaram consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas pelos Auditores Independentes da KPMG. Os documentos objeto das deliberações foram enviados ao órgão regulador (PREVIC) conforme estabelece a legislação e permanecerão arquivados na entidade.

Parecer do Conselho Deliberativo

Conforme Ata de Reunião Ordinária realizada em 29 de Março do ano de 2016, às 10:00 horas, arquivada no livro de atas do Conselho Deliberativo na entidade, os membros do Conselho Deliberativo da Previp – Sociedade de Previdência Complementar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias discutiram e deliberaram sobre os seguintes itens:

a) resultados obtidos em Avaliação Atuarial do Plano de Aposentadoria (Plano Previp) administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2015, e plano de custeio para o exercício de 2016;

b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas de Balanço Patrimonial (Consolidado), Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT e respectivas Notas Explicativas.

Baseado nos pareceres da Consultoria Atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda, dos Auditores Independentes da KPMG e do Conselho Fiscal da Entidade, o Conselho Deliberativo deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar os documentos mencionados nos itens “a” e “b”, sem restrições, os quais foram enviados ao órgão regulador (PREVIC) conforme estabelece a legislação e permanecerão arquivados na entidade.



INTERNATIONAL  PAPER

Conselho Deliberativo:

Armando Santiago

Marcio Bertoldo

Rodrigo Davoli

Diretoria Executiva:

Luis Fernando da Silva

Leandro Leme

Mauricio Fernandes

Rafael Varlese

Renato Batalha

Conselho Fiscal:

Denis Teixeira

Ana Ribeiro Silva

Luciana Huneke

Administração:

Silvana Brunheroto

Claudinei Oliveira

Rita Lucas

Rod SP 340 | Km 171 - Mogi Guaçu | Brasil
(19) 3861.8201 | (19) 3861.8292 | (19) 3861.8722
www.previp.com.br